

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.638 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : VIVIANE DE ALMEIDA MAIA
ADV.(A/S) : JOSÉ ALBERTO PIRES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA
AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
ADV.(A/S) : EVELISE CRISTINA BALHESTEROS BERGAMO E
OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
AGRAVO. TRABALHISTA.
REENQUADRAMENTO FUNCIONAL.
IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE
FATOS E DAS PROVAS: SÚMULA N. 279
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
AGRAVO AO QUAL SE NEGA
SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República.

O recurso extraordinário foi interposto contra o seguinte julgado do Tribunal Superior do Trabalho:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. REENQUADRAMENTO
FUNCIONAL. ISONOMIA. Confirmada a ordem de obstaculização
do recurso de revista, pois não demonstrada a satisfação dos requisitos
de admissibilidade, insculpidos no artigo 896 da CLT. Agravo de
instrumento não provido”.*

ARE 917638 / DF

2. A Agravante alega que o Tribunal *a quo* teria contrariado os arts. 5º, *caput* e inc. XXXVI, e 7º, incs. XXX e XXXII, da Constituição da República.

Afirma que a “*a r. Decisão retratada no v. Acórdão, recorrido, ao adotar a mesma tese do acórdão regional de que indevido se constitui o reenquadramento pretendido, permissa venia, ao assim decidir o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, feriu o princípio da isonomia salarial, pois permitiu que a recorrida além de ter violado as regras de progressão estabelecidas no Plano de Classificação de Cargos e Salários – PCCS continuasse a remunerar de forma desigual empregado que executa serviços semelhantes*”.

3. O recurso extraordinário foi inadmitido pelo Tribunal de origem ao fundamento de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, aplicável ao processo penal nos termos da Resolução n. 451/2010 do Supremo Tribunal Federal, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisam-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, então, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

6. O Tribunal *a quo* decidiu:

“Conforme delimitado no julgado hostilizado, o cargo ocupado

ARE 917638 / DF

pela reclamante e os exercidos pelos novos contratados por meio de concurso público não são idênticos. Conquanto ambos tenham a mesma denominação, há manifesta diversidade entre os níveis, sendo distintas as exigências para a admissão na empresa e, em especial, as atribuições exercidas, justificando a diversidade remuneratória.

Destacou que a realidade fática estampada nos autos obsta o êxito da laborista, pois havendo desigualdade entre as situações paradigmas, não há falar em isonomia salarial. Consignou-se que o princípio da isonomia protege a igualdade jurídica, e a moldura composta pelos fatos apurados não traduz qualquer espécie de afronta a tais parâmetros, sendo incogitável a alegada ofensa ao artigo 5º, 'caput', da Constituição Federal.

Acresça-se, ainda, ter o Regional consignado não serem idênticos o cargo ocupado pela reclamante e os exercidos pelos novos contratados por meio de concurso público. Conquanto ambos tenham a mesma denominação, há manifesta diversidade entre os níveis, sendo distintas as exigências para a admissão na empresa e, em especial, as atribuições exercidas, justificando a diversidade remuneratória.

Assim, não há falar em reenquadramento da reclamante ou violação do princípio da isonomia, se as exigências para os cargos e as funções ocupadas pelos empregados são divergentes”.

A apreciação do pleito recursal demandaria o reexame da matéria fático-probatória, inviável em recurso extraordinário. Incide na espécie a Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E DA LEI ESTADUAL. SÚMULAS NS. 279 E 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE n. 886.793-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 12.8.2015).

ARE 917638 / DF

“Agravamento regimental em agravo de instrumento. 2. Trabalhista. Reenquadramento funcional. Sociedade de economia mista. Enunciados de Súmula 279 e 454/STF. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI n. 761.149-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 29.6.2011).

Nada há a prover quanto às alegações da Agravante.

7. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. a, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora